



**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016**  
**N.º 03/2016**

**MESA DA ASSEMBLEIA:** Presidente – José Alberto Moreira Araújo, 1.ª Secretária – Rosa Martins Cardoso, 2.ª secretária – Leila Vanessa Rodrigues Queirós Cardoso.-----

**PRESENCAS:** José Fernando Fraga Granja, Paula Cristina Morais Borges, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Silva Sampaio, Manuel António Esteves Rebelo, Paulo Sérgio de Sousa Prior, Joni André Borges Madureira, Eugénio da Conceição Rocha, Susana Maria Gregório Cardoso Moutinho, António Manuel Rocha Gomes, João dos Santos Silva, José Paulo Barreira da Mota, António Júlio da Costa Almeida, Manuel Augusto Mesquita Pinto e Fernando Borges Moreira, Membros da Assembleia. -----

**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** António Júlio Alves Fernandes, Adérito Ribeiro Silvério, Fernando José Mourão Gonçalves e Hugo Alexandre Cunha Sequeira. -----

**AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS:** Não houve. -----

**PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara; Sílvia da Fonseca Silva e Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves, Vereadoras e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos. -----

**OUTRAS PRESENCAS:** Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

**HORA DE ABERTURA:** 18:00 horas. -----

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Aprovada, por unanimidade, em minuta, no final da Sessão.



----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **1.1** - Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

----- **1.2** - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos.

----- **1.3** - Assuntos de interesse para o Município. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** - Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.2** – Deliberar sobre a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta (n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana – Deliberação da Câmara Municipal de 7 de junho de 2016); -----

----- **2.3** - Deliberar sobre os benefícios fiscais associados à Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta (alínea c) do n.º 2 do artigo 13º e alínea a) do artigo 14º do Regime jurídico da Reabilitação Urbana, conjugado com o artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho – Deliberação da Câmara Municipal de 7 de junho de 2016); -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a 2.ª revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimento e do Plano de Atividades mais Relevantes – 2016 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 7 de junho de 2016); -----

----- **2.5** – Deliberar sobre os documentos de Prestações de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão – 2015 (n.º 2 do artigo 76.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 7 de junho de 2016); -----



**----- 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO” -----**

**----- ABERTURA DA SESSÃO -----**

----- O Senhor Presidente da Mesa, deu início à sessão e saudou os Senhores Membros da Assembleia, o Executivo Municipal, e, ao público presente agradeceu a disponibilidade por mais uma vez estarem presentes na sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Mediante a apresentação da justificação da falta do 2.º Secretário, Senhor António Júlio Alves Fernandes, o Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que, uma vez que o Regimento aprovado pela Assembleia Municipal é omissivo relativamente à substituição dos membros da mesa, e que à semelhança de Regimentos de outros Municípios, que atribuem a competência ao Presidente da Mesa, designava a Senhora Deputada Leila Vanessa Queirós Cardoso, para cumprimento do definido no número 1, do artigo 3.º do Regimento. -

----- Seguidamente foi feito o registo das presenças. Foram aceites as justificações das faltas dos Senhores Deputados António Júlio Alves Fernandes (PS), Adérito Ribeiro Silvério (PPD/PSD) e dos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia da Cumieira e Fontes, Fernando José Mourão Gonçalves e Hugo Alexandre Cunha Sequeira, respetivamente. ----

----- Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

**----- 1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----**

**----- 1.1 – Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----**

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou a concordância do plenário para a dispensa da leitura da ata da sessão realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezasseis, uma vez que a mesma foi distribuída, com antecedência, a todos os membros. -----

----- Seguidamente, a referida ata foi colocada a discussão, e, não havendo pedidos de intervenção foi sujeita a votação. -----

**----- DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade. -----**





----- 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida por e-mail. -----

----- 1.3 – **Assuntos de interesse para o Município.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição para intervenção dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, solicitando o uso da palavra o Senhor Deputado Jóni André Borges Madureira, que depois de endereçar os cumprimentos solicitou ao Senhor Presidente da Câmara, esclarecimentos sobre a intenção do município contratar o músico José Cid para atuar na semana cultural. -----

----- Seguidamente solicitou o uso da palavra, o Senhor Deputado, António Júlio da Costa Almeida, que depois de cumprimentar os presentes deu os parabéns ao Executivo Municipal, pelo magnífico fim de semana que proporcionou aos Penaguienses, nos dias quatro e cinco de junho, em que foi realizado o primeiro torneio dos Masters do Douro Vinhateiro, fazendo referência à presença de cerca de trezentos participantes, entre os quais Espanhóis e Ingleses, e que as piscinas foram visitadas por mais de seiscentas pessoas. -----

----- Realçou a importância do impacto económico que a realização dos referidos torneios trouxe para Santa Marta de Penaguião e dos elogios que os visitantes proferiram sobre a magnífica paisagem, dizendo que iriam de voltar novamente. -----

----- Continuou, dando os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e a todo o Executivo pelo excelente trabalho desenvolvido em prol de Santa Marta de Penaguião. Referiu a importância da parceria com a Diocese de Vila Real na realização do dia da Diocese, congratulando, mais uma vez, o Executivo pela excelente escolha do local da realização do evento que, pela sua moldura humana, não poderia ter sido noutra local senão no Estádio Municipal de Santa Marta de Penaguião, tendo até o Senhor Bispo tecidos os



maiores elogios à organização, dizendo que foi das festas mais bonitas do dia das Dioceses, em que já participou. -----

----- Lamentou que o Senhor Deputado, líder da bancada do (PPD/PSD) tivesse partilhado no Facebook um comunicado do Real Clube Penaguião, pouco agradável, pondo em causa o Executivo Municipal, sem aferir a sua veracidade, junto deste. -----

----- Sugeriu que todos os intervenientes políticos deveriam ter cuidado com as suas palavras, que, por vezes, podem por em causa o bom nome de Santa Marta de Penaguião.-

----- Solicitou o uso da palavra o Senhor Deputado Cesário Pinto Canário, que depois de endereçar os cumprimentos, lamentou o facto de o Senhor Deputado António Júlio Alves Fernandes estar hospitalizado, desejando-lhe rápidas melhoras. -----

----- Em seguida, o Senhor Deputado referiu os eventos protagonizados durante o fim de semana, dias onze e doze de junho, com a realização da segunda edição da “Rampa de Santa Marta”, e da primeira edição do “Portugal de Lés-a-Lés”, onde reinou a alegria, a dança e a boa disposição. -----

----- Proferiu palavras de grande apreço a todos quantos estiveram envolvidos na organização dos referidos eventos, considerando serem projetos grandiosos que dignificam o Concelho e trazem pessoas a Santa Marta de Penaguião. -----

----- Dirigiu, também, um reconhecimento muito especial, aos Bombeiros Voluntários de Fontes e aos Bombeiros Voluntários de Santa Marta, pela sua presença e atuação. -----

----- Manifestou o seu orgulho pelo Agrupamento n.º 687 do Corpo Nacional de Escutas de Fontes que, de forma empenhada, dignificaram Fontes e valorizaram o nome de Santa Marta ao organizar o evento “Portugal de Lés-a-Lés”, tendo este sido reconhecido pelos participantes que agradeceram a forma como foram recebidos. -----

----- Seguidamente, em nome da bancada do Partido Socialista e dos Grupos de Cidadãos “Fazer Mais Pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”, propôs a atribuição de um *Voto de*



*Gratidão* ao Agrupamento n.º 687 do Corpo Nacional de Escutas de Fontes, pela forma como receberam o Grupo de Motares no evento “Portugal de Lés-a-Lés”, e que tanto contribuiu para a valorização de Santa Marta de Penaguião. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão e votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- O Senhor Deputado Cesário Pinto Canário solicitou, novamente, o uso da palavra, recordando aos presentes uma situação judicial que envolveu o Senhor Deputado Adérito Silvério, pelo uso da sua página do *Facebook* para proferir acusações ao Executivo Municipal, como *incompetentes, pouco sérios e fascistas*. Os visados do Executivo Municipal decidiram levar o assunto a Tribunal, por reconhecer que não era apenas o nome do Executivo que estava em causa, mas também o nome Santa Marta. -----

----- Informou que teve conhecimento da sentença e que verificou a existência de um acordo, pois, o Executivo apenas queria ver restabelecido o seu bom nome e o nome de Santa Marta, não estando interessado numa pena pecuniária e, de seguida, leu parte da Ata de Audiência de Discussão e Julgamento, que se transcreve: -----

----- “Quando eram 13 horas e 55 minutos, pela Mm.<sup>a</sup> Juiz de Direito foi declarada aberta a audiência de discussão e julgamento. -----

----- De seguida, pelos ilustres mandatários das partes foi dito terem chegado a acordo quanto ao pedido de indemnização civil nos seguintes termos: -----

----- 1.<sup>a</sup> -----

----- O demandado afirma que todas as mensagens, designadamente, as que constam da acusação, por ele publicadas na sua página do *Facebook*, relativamente à Câmara Municipal e aos ofendidos, Luís Reguengo Machado (Presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião), Sílvia da Fonseca Silva (vice-presidente) e José Manuel Moreira Lopes





(vereador), todos eleitos pelo Partido Socialista, visaram exclusivamente criticar a actividade política dos mesmos. -----

----- 2.ª -----

----- De resto, enquanto cidadão, o arguido, considera os mencionados ofendidos pessoas de bem, honradas, merecedoras de confiança, democratas, competentes no exercício das suas funções autárquicas e dignos servidores da causa pública. -----

----- 3.ª -----

----- O demandado compromete-se a manter ativo o texto desta transcrição, publicar no prazo máximo de 10 dias a partir de hoje, na mesma página do Facebook em que fez as publicações em causa até ao dia das próximas eleições autárquicas. -----

----- 4.ª -----

----- A inobservância do consignado na cláusula anterior constitui o demandado na obrigação de pagar a cada um dos ofendidos a quantia de € 5.000,00 (cinco mil euros), quantias essas que, na eventualidade em referência, serão destinadas a instituições de utilidade pública. --

----- 5.ª -----

----- Custas a cargo do arguido. -----

----- Nessa sequência, pelos ofendidos foi pedida a palavra e no uso da mesma disseram desistir da queixa apresentada nos presentes autos contra o arguido.” -----

----- Terminada a leitura, o Senhor Deputado Cesário Canário, reiterou que nenhuma outra homenagem ao Executivo lhes poderia ser mais justa, colocando em questão a legitimidade do Senhor Deputado Adérito Silvério para fazer qualquer outra crítica a partir dali e que os seus conselheiros também deviam assumir a sua quota parte na responsabilidade. -----

----- O Senhor Deputado solicitou mais dois minutos para concluir a sua intervenção, para esclarecer uma passagem da última Sessão da Assembleia Municipal, respeitante a afirmações do Senhor Deputado Paulo Prior, que se havia equivocado ao considerar por



igual, subsídios com prestações de serviço, referindo ainda que os montantes por ele pronunciados, de quarenta e cinco mil euros aproximadamente, não estavam corretos, referindo que nem aos vinte mil chegou. Disse ainda, que no que se refere à defesa dos interesses da sua Freguesia, não poderia estar mais satisfeito porque nenhum outro Presidente de Câmara fez tanto, em dois anos e meio, como o atual Executivo. -----

----- Solicitou o uso da palavra, o Senhor Deputado, Joni André Borges Madureira, para responder ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia Sever, sobre os factos que diz que não correspondem à verdade no comunicado do Real Clube Penaguião, referindo que averiguou junto de um dos elementos do Executivo que disse que do comunicado do Real Clube Penaguião não constava nenhuma mentira, de qualquer modo achava que o comentário não tinha sido tolerante com quem tanto os ajudava. -----

----- Solicitou o uso da palavra, o Senhor Deputado Paulo Prior, que depois de cumprimentar os presentes, respondeu ao Senhor Deputado Cesário Canário, dizendo que o Senhor Deputado Adérito Silvério, tinha sido peticionado pela Câmara Municipal e pelos Senhores Vereadores com um pedido de indemnização de cento e trinta mil euros, mas que chegaram a um acordo, e quando há acordo tem que haver algumas cedências das partes. Assim o Executivo decidiu desistir do processo-crime, de todas as queixas apresentadas e da indemnização, ficando o Senhor Deputado Adérito Silvério encarregado de publicar na sua página do Facebook que o Executivo, enquanto cidadãos, eram pessoas de bem e que as críticas foram meramente políticas. Disse, também, que reiterava tudo o que tinha dito na anterior sessão e que quanto aos números referidos, eram os que constavam nos documentos. -----

----- Solicitou o uso da palavra, o Senhor Deputado Júlio Almeida, para dizer ao Senhor Deputado Jóni Madureira que entendesse corretamente o que pretendeu dizer na sua intervenção anterior, referindo que os eleitos pelo povo deveriam ter mais cuidado com o





que dizem, para não denegrir o nome Santa Marta e apelou ao sentido de responsabilidade dos Senhores Deputados para que defendam o bom nome de Santa Marta de Penaguião.”-

----- O Senhor Deputado Jóni Madureira respondeu que para haver discussão é porque há factos para tal e que se não os houvesse, também não haveria discussão. -----

----- O Senhor Deputado Júlio Almeida, respondeu que não está em causa a discussão, a discussão pode e deve ser feita, mas que simplesmente devem ter o cuidado de não usar a página do Facebook para esses fins, de forma a salvaguardar o bom nome de Santa Marta de Penaguião.-----

----- O Senhor Deputado Cesário Canário solicitou à Mesa da Assembleia, que juntasse o documento **da Ata de Audiência de Discussão e Julgamento**, à ata da Assembleia Municipal.-----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de discussão, e, não havendo pedidos de intervenção deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, iniciou o seu discurso cumprimentando o Senhor Presidente da Assembleia e restante mesa, os Senhores Deputados, colegas do Executivo e público presente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por proferir uma palavras de reconhecimento ao Senhor Presidente da Junta de Medrões, pelo facto de ter ajudado o Clube Caça e Pesca, ao oferecer parte da rede que tinha sobrado da requalificação do Polivalente de Medrões, fazendo assim, com esta atitude, com que a Associação tivesse menos encargos para realizar o projeto de criação de coelhos reaproveitando a rede que sobrou e informou que se ainda houvesse interessados, ainda havia muitos metros de rede na Corredoura e que, certamente, o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Medrões



teria todo o gosto em a ceder a quem precisasse, dizendo que contrariamente ao que muitos achavam, a rede nunca esteve desaparecida. -----

----- Mais informou que, os processos do Marão e da EN2 estão a correr muito bem, foram aprovados pelo Tribunal de Contas, e que já poderiam avançar com a constituição da Associação. -----

----- Informou ainda que numa reunião com a CCDRN - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, onde o projeto foi debatido, aqueles se disponibilizaram para serem parceiros, realçando a importância que isso terá para o Concelho, uma vez que têm uma grande influência nos Fundos Comunitários e na Região Norte. -----

----- Mencionou a iniciativa do município em realizar o primeiro encontro de Tunas Rurais do Marão e do Alvão, e a pretensão de as Classificar como Património Imaterial Nacional. -----

----- Referenciou, também, a presença dos duzentos e cinquenta inscritos na prova dos Masters em Natação, motivo de orgulho para todo o Concelho, sobretudo quando se ouvem comentários de gentes vindas, principalmente Porto, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, que ficaram encantadas com a receção, manifestando o desejo de repetirem para o ano. -----

----- Continuou dizendo que, em relação ao comunicado do Real Clube Penaguião, independentemente de tudo, a resposta foi dada com frontalidade e que ninguém dos Corpos Sociais do Real Clube Penaguião assinou ou subscreveu aquele comunicado e que, alguns elementos Diretivos, nem sequer tinham estado presentes nesse fim de semana, não tendo conhecimento do seu conteúdo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara disponibilizou-se para discutir tudo quanto fosse necessário em relação às decisões do Executivo. Em relação ao *Dia da Diocese*, acordaram com a Diocese de Vila Real no dia doze de novembro, a realização do evento - *Dia da Diocese* em Santa Marta, mas sem data prevista. Quando a Diocese comunicou a data, o Executivo informou de imediato o Real Clube Penaguião que não podiam realizar o torneio





no dia cinco. Estes, acusaram o Executivo de serem os responsáveis pelos adiamentos dos torneios por questões religiosas, mas que o próprio Real Clube Penaguião já tinha também adiado alguns torneios porque os meninos iam fazer a Comunhão e, nesse sentido, o Senhor Presidente da Câmara questionou se a Comunhão também não é um motivo religioso, mas de qualquer das formas estariam sempre disponíveis para tudo, lembrando que no ano passado a Câmara Municipal tinha realizado o transporte de equipas de Guimarães para que fosse possível a realização do torneio, apresentando um investimento na ordem dos sessenta e três mil euros numa época. Mais informou, que em dez anos nunca tinham jogado no relvado e que só nesta época o fizeram em todos os jogos. Continuou dizendo que o mais grave foi mandarem um comunicado pelas crianças, de oito e nove anos, para os pais sem ser assinado. -----

----- O Senhor Presidente informou também que o Real Clube Penaguião recebeu um subsídio para os torneios e que não os realizaram, que tinham recebido subsídio para os escalões de iniciados e que não criaram esse escalão, por tudo isso, o Executivo sente-se injustiçado. -----

----- Informou, ainda, em relação ao evento “Portugal de Lés-a-Lés”, que por insistência do organizador, Senhor Ernesto Brochado, para que o Município recebesse o evento e dada a impossibilidade por motivo da realização da “Rampa de Santa Marta”, propôs aos Escuteiros de Fontes que assegurassem a receção e a realização do almoço dos Motares, a que responderam prontamente e positivamente, servindo cerca de duas mil e duzentas pessoas, tendo os visitantes elogiado a forma como foram recebidos. -----

----- No que respeita ao evento da “Rampa de Santa Marta”, o Senhor Presidente informou que receberam um convite, como forma de agradecimento, para participarem na “Rampa do Caramulo”. Também a Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK) e o Clube





Automóvel da Régua teceram rasgados elogios à forma como foi organizada a prova, assim como os pilotos também comentaram de forma entusiasta como decorreu o evento. -----

----- Informou, também, que a Zona Oficial está finalmente a avançar e que os projetos estão a começar a entrar nos serviços do Município. -----

----- Referiu que, aquando do encerramento do ano escolar se verificou a forma grata dos Senhores Professores em trabalhar neste Município e que, orgulhosamente, viu reconhecido pelo Senhor Diretor do Agrupamento o trabalho do Município em prol da educação. -----

----- Lamentou ter de falar de um ausente, do Senhor Presidente da Junta de Fontes, que nem sequer se dignou fazer-se representar, porque lhe queria dizer duas coisas, a primeira é relativamente ao passeio dos idosos que a Câmara Municipal organiza, anualmente, para todos os idosos do Concelho, contudo há duas Juntas de Freguesia que organizam passeios para os mesmos destinatários das suas Freguesias, a União de Freguesia de Lobrigos (São Miguel, São João Baptista) e Sanhoane, e a Freguesia de Fontes. Quanto à primeira Freguesia, organiza-o e também o paga, quanto à segunda Freguesia, no ano passado pediu o autocarro à Câmara Municipal e não se emprestou, justificando que ou o passeio é feito por cada Freguesia e a Câmara ajuda, ou, organiza a Câmara Municipal e não ajuda ninguém. Este ano o Senhor Presidente de Junta de Fontes voltou a pedir o autocarro e teve a mesma resposta, referindo que nada tem a opor à realização dos passeios, mas espera que sejam mais prudentes e responsáveis pela gestão dos dinheiros públicos. -----

----- A segunda coisa a dizer, refere-se às bancadas amovíveis pertença da Freguesia de Fontes, que no ano transato a Câmara Municipal pediu-as emprestadas ao Senhor Presidente da Junta para os Regionais de Natação e foram emprestadas. Este ano, foram novamente pedidas para a realização dos Masters e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fontes convocou uma reunião extraordinária para deliberar sobre o empréstimo do equipamento público, à Câmara Municipal, e decidiu por unanimidade não



emprestar. O Senhor Presidente da Câmara, apesar de lhe reconhecer esse direito, comentou a estranheza da necessidade de realizar uma reunião extraordinariamente para deliberar se emprestava equipamento público, mas como a Câmara Municipal tem as suas contas em dia, contratualizou o aluguer de umas bancadas no valor de dois mil e sessenta e seis euros e acrescentou que uma vez que também, este ano, se vão realizar os Regionais de Natação são mais dois mil e sessenta e seis euros que saem dos cofres da Câmara. ----

----- No entanto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fontes solicitou ajuda financeira para pintar a capela, sendo esta propriedade e responsabilidade da Junta de Freguesia, e a Câmara já paga a um funcionário, durante todo o ano, para prestar lá serviço, recomendou que o valor da mão-de-obra, serviria para comprar as tintas e se não tivessem feito o passeio dos idosos, já teriam dinheiro para as obras da capela e assim teriam conseguido uma importante poupança em benefício da Junta de Freguesia de Fontes. -----

----- Lamentou a ausência da Junta de Freguesia de Fontes na apresentação dos “Xassos Urban Cup 2016”, estando as restantes Juntas de Freguesia ali representadas, sendo este evento de grande importância tanto para a Câmara Municipal, que desde a primeira hora abraçou o projeto, como para a Junta de Freguesia que sempre o apoiou. -----

----- Lamentou, também, a deliberação tomada pela Assembleia de Freguesia de Fontes ao aprovar, por maioria, o processo toponímico da Freguesia, quando essa competência é da Câmara Municipal e que, no máximo, a Junta de Freguesia apenas poderá emitir um parecer a pedido da Câmara. Considerou, ainda sobre o assunto, que sobre o ponto de vista jurídico qualquer decisão da Assembleia de Freguesia de Fontes será nula e se o Senhor Presidente de Junta insistir, nessa pretensão, a Câmara Municipal apresentará queixa no devido tribunal. -----



----- Por fim, o Senhor Presidente da Câmara referiu, mais uma vez, o excelente trabalho realizado durante os dois últimos fins de semana e que, por isso, exige frontalidade e respeito para com o Executivo e o nome de Santa Marta de Penaguião. -----

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.**-----

----- **2.2** – Deliberar sobre a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta (n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.-

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta, com o seguinte teor: -----

----- *“Em 5, de abril, de 2016 a Câmara Municipal, deliberou submeter a discussão pública, o projeto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Urbano de Santa Marta, para recolha de sugestões, tendo sido para o efeito publicado no site do Município e em 2 jornais locais.* -----

----- *A discussão pública, que decorreu entre 6 e 27 de abril, do corrente ano, consistiu na recolha de observações e sugestões de todos os interessados sobre o projeto, com vista à respetiva ponderação e elaboração da versão final, não tendo sido apresentada nenhuma sugestão.* -----

----- *Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:* -----

• *Aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta, ao abrigo do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), conforme planta de delimitação e memória descritiva e justificativa, que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta;”* -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 7 de junho de 2016.-----





----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o mesmo assunto colocado a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.**-----

----- **2.3** - Deliberar sobre os benefícios fiscais associados à Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta (alínea c) do n.º 2 do artigo 13.º e alínea a) do artigo 14.º do Regime jurídico da Reabilitação Urbana, conjugado com o artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal para aprovação dos benefícios fiscais associados à Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta, com o seguinte teor:

----- *“Em 5, de abril, de 2016 a Câmara Municipal, deliberou submeter a discussão pública, o projeto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Urbano de Santa Marta, para recolha de sugestões, tendo sido para o efeito publicado no site do Município e em 2 jornais locais.* -----

----- *A discussão pública, que decorreu entre 6 e 27 de abril, do corrente ano, consistiu na recolha de observações e sugestões de todos os interessados sobre o projeto, com vista à respetiva ponderação e elaboração da versão final, não tendo sido apresentada nenhuma sugestão.* -----

• *Aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal os benefícios fiscais associados, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 13.º e na alínea a) do artigo 14.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), conjugado com o n.º 19 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 julho, para os efeitos previstos nos n.ºs 7 e 8 do citado artigo 71.º do EBF.”* -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 7 de junho de 2016. -----



----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o mesmo assunto colocado a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a 2.ª revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimento e do Plano de Atividades mais Relevantes – 2016 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal para aprovação da 2.ª revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimento e do Plano de Atividades mais Relevantes - 2016, com o seguinte teor: -----

----- *“O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, estabelece o regime dos documentos previsionais, designadamente quanto às regras relativas às modificações do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos constantes nos pontos 8.3.1. e 8.3.2., respetivamente, as quais compreendem as figuras de alteração e revisão.* -----

----- *“Considerando existir a necessidade de fazer a inscrição no Plano Plurianual de Investimentos do projeto de “reparação de danos provocados nas infraestruturas rodoviárias municipais de Santa Marta de Penaguião na sequência de eventos meteorológicos excecionais verificados entre 4 e 5, 10 a 12 de Janeiro e entre 11 e 13 de Fevereiro de 2016”, com vista ao seu financiamento por parte do Orçamento do Estado, bem como a inscrição no Plano de Atividades Mais Relevantes (Plano de Atividades Municipal) dos projetos “Concessão de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de Penaguião – Compensação do Imposto Municipal sobre Imóveis, Bolsas de Estudo e*





outras” e “Concessão de apoio financeiro à reconstrução de muros de suporte, de reconstituição ou reposição do potencial produtivo das explorações agrícolas provocados por fenómenos climatéricos adversos”, resultantes da aprovação dos respetivos regulamentos municipais; -----

----- Considerando que as contrapartidas dos montantes dos investimentos referidos serão provenientes da diminuição de outros investimentos que nesta data se consideram em excesso; -----

----- Considerando que o princípio do equilíbrio orçamental previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua atual redação, se mantém assegurado; -----

Assim, propõe-se que de acordo com os pontos 8.3.1.5., 8.3.2.2 do POCAL: -----

----- 1 - A Câmara Municipal aprove nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a 2.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades mais Relevantes, documentos que se anexam à presente proposta e da qual ficam a fazer parte integrante; -----

----- 2 - Que a mesma seja submetida, sob a forma de proposta, à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 7 de junho de 2016.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o mesmo assunto colocado a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----





----- **2.5** – Deliberar sobre os documentos de Prestações de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão – 2015 (n.º 2 do artigo 76.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal para aprovação dos documentos de Prestações de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão – 2015, com o seguinte teor: ---

----- *“O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece no seu artigo 75.º, n.º 1 que os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. -----*

----- *Nos termos deste regime, conforme estipulado nos n.ºs 2 e 3 do mencionado artigo, as entidades mãe ou consolidantes, são o município, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal, sendo que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. -----*

----- *O n.º 4 do mesmo artigo, refere que a existência ou presunção de controlo, por parte das entidades referidas no n.º 1 relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades: -----*

*a) Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. -----*

*b) De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º 1 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. -----*



c) De outras natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições: -----

I) De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão; -----

II) Do resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade. -----

----- Por outro lado, e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 75.º da referida Lei n.º 73/2013, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Março, alterada pelas Leis n.ºs 53/2014, de 25 de Agosto, 69/2015, de 16 de Julho e 7-A/2016, de 30 de Março, integrem o sector empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal. -----

----- O Município de Santa Marta de Penaguião não é detentor de qualquer entidade associativa municipal sobre a qual exerça de forma direta ou indireta um poder de controlo, ou exista essa presunção. -----

----- No entanto, o Município detém uma participação de 0,15% na empresa “A Municipia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.”, enquadrada no sector empresarial local, regulada pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. -----

----- Está, assim, este Município obrigado a consolidar as suas contas por via da sua participação naquela empresa, apesar da sua reduzida participação no capital social no montante de 4.985,01€, por força disposto no n.º 6 do artigo 75.º supra mencionado. -----





----- Os documentos de prestação de contas consolidados, de acordo com o n.º 7 do referido artigo, constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras: -----

- a) Balanço consolidado; -----
- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza; -----
- c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; -----
- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza. -----

----- O referido artigo, no seu n.º 8, estipula que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do sector público administrativo. -----

----- Contudo, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de Fevereiro e suas posteriores alterações, que veio adaptar as regras do Plano Oficial de Contabilidade Pública à administração local, não estabeleceu os princípios que devem estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas. -----

----- Pela Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, foi aprovada a orientação n.º 1/2010, “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, visando estabelecer um conjunto de princípios enquadradores, que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades no sector público administrativo, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios. -----





----- Atendendo às especificidades do subsector das autarquias locais e ao facto de a Lei que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que claramente prevalece, por força da hierarquia entre as várias normas legais, sobre a referida Portaria, consagrar de forma expressa, alguns dos aspetos relevantes em matéria de consolidação de contas, designadamente o perímetro de consolidação e os documentos que devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas, a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) através do SATAPOCAL, entendeu ser necessário elaborar um conjunto de instruções que permitam uma aplicação deste regime pelos municípios de forma “coerente, harmoniosa e comparável”. -----

----- Tais instruções, segundo a DGAL, visam articular o regime financeiro das autarquias locais, o regime previsto na Portaria e na Orientação, bem como “ultrapassar algumas lacunas em matérias não previstas naquelas normas, cujo suprimimento nos parece essencial para permitir a operacionalização da obrigação de consolidação de contas pelos municípios”.-----

----- Nos termos do n.º 2 do artigo 76.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos de prestação de contas consolidados devem ser elaborados e aprovados pelo órgão executivo de modo a serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de Junho do ano seguinte àquele a que respeitam. -----

----- Assim, propõe-se que o Executivo, delibere e aprove: -----

a) Os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas e respetivo Relatório de Gestão – 2015; -----

b) submeter os referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por maioria, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 7 de junho de 2016. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o mesmo assunto colocado a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com a abstenção do Grupo Municipal do (PPD/PSD).** -----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição para intervenção do público. -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos não foram presentes à Mesa quaisquer pedidos, nos termos do disposto no artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião. -----

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 19:30 horas. -----

O Presidente da Assembleia,



José Alberto Moreira Araújo

1.ª Secretária,



Rosa Martins Cardoso